



PROCESSOS E FORMAS DA URBANIZAÇÃO DA GUANAMBI- BAHIA: VULNERABILIDADES E RISCOS AMBIENTAIS PELA OCUPAÇÃO URBANA EM ÁREAS DE LAGOAS¹

Altemar Amaral Rocha²
Iago Gabriel Araújo Santos³

RESUMO

O estudo analisa os impactos da expansão urbana nos corpos d'água ao longo da Avenida do Trabalho, em Guanambi-BA, e suas consequências para o ambiente urbano e a qualidade de vida. Para isso, foram utilizadas revisão bibliográfica, observações diretas, imagens de drones e notícias locais. Os resultados revelam descuido com as lagoas urbanas e os consequentes riscos e vulnerabilidades produzidos pela expansão desordenada e falta de planejamento ambiental. As ações pontuais do poder público mostraram-se insuficientes e, de certo modo, negligente com a questão ambiental urbana, destacando a necessidade de um rompimento com a lógica capitalista empregada até então na produção do espaço urbano por um modelo que assegure sustentabilidade e melhore as condições ambientais e a qualidade de vida da população guanambiense, sobretudo, às mais vulneráveis.

Palavras-chave: Urbanização, Produção do espaço urbano, Apropriação da Natureza, Bioma Cerrado; Vulnerabilidade socioespacial.

ABSTRACT

The study analyzes the impacts of urban expansion on the water bodies along Avenida do Trabalho, in Guanambi-BA, and their consequences for the urban environment and quality of life. To this end, a literature review, direct observations, drone imagery, and local news reports were used. The results reveal neglect of urban lagoons and the resulting risks and vulnerabilities caused by disorderly expansion and lack of environmental planning. The government's punctual actions have proven insufficient and, to some extent, negligent regarding urban environmental issues, highlighting the need to break with the capitalist logic employed so far in urban space production in favor of a model that ensures sustainability and improves environmental conditions and the quality of life of Guanambi's population, especially the most vulnerable.

Keywords: Urbanization, Production of urban space, Appropriation of Nature, Cerrado Biome, Socio-spatial vulnerability.

INTRODUÇÃO

A cidade de Guanambi está localizada no limite entre as áreas de Cerrado e as áreas de Caatinga do Semiárido baiano, as terras que circundam o seu território englobam as feições do Maciço do Espinhaço, com superfícies dos Gerais, um divisor de Biomas entre o Cerrado, a

¹ Pesquisa com financiamento Capes 2024-2026. Aprovada pelo comitê de ética em setembro de 2024.

² Doutor em Geografia pela Universidade de Barcelona – UB, altemarrocha@gmail.com;

³ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - BA, iago.gabrielgeo@gmail.com;



Caatinga e a Mata Atlântica; toda a drenagem urbana é comandada pelo Rio Carnaíba de Dentro, um afluente do Rio São Francisco na Bahia (Pereira, 2021).

Guanambi passou por um processo de expansão urbana nas décadas de 1970 e 1990, expansão que segue a lógica da urbanização brasileira marcada pelo crescimento acelerado e desordenado nos anos de 1970. Nesse período, o município saltou de 31.174 habitantes (1970) para 65.592 habitantes (1991). Ou seja, a população mais que dobrou em 20 anos. Segundo Pereira (2013), nesse ínterim, Guanambi teve um crescimento marcado pelo auge da produção de algodão no Vale do Iuiú, tal contexto fez com que a cidade se transformasse num destaque regional, derivado do comércio e dos serviços prestados e que foram potencializados por esse fenômeno. Nos anos de 1990, com a crise da cotonicultura e crises no cenário nacional houve uma estagnação do processo de expansão urbana com o fechamento de agências bancárias, fechamento de empresas e uma consequente saída da população de seu território.

Este cenário só é alterado nos anos 2000, devido a infraestrutura urbana e os equipamentos herdados do período do algodão, somados à presença da BR-030, que insere a cidade em um importante circuito viário do Brasil. Tal fato têm impulsionado uma nova fase de expansão urbana, crescimento populacional e desenvolvimento econômico. Esse processo é fortalecido pelo dinamismo do comércio local e pela oferta de serviços nas áreas de educação e saúde, que devolve a cidade a um destaque regional no início deste século. Em 2022, a população total de Guanambi é de 87.817 com 79,36% da população residindo em área urbana.

A partir disso, constata-se que a cidade desempenha um papel fundamental no processo econômico e consequentemente no desenvolvimento do capitalismo, como afirma Lojkin (1997) a urbanização é moldada, modelada, de acordo com as necessidades da acumulação capitalista.

Também neste contexto, Rocha (2020) afirma que a tendência à concentração espacial e centralização das funções urbanas que até então se materializava na maioria das cidades brasileiras até o final dos anos 1990, após esse período, passa a ter uma ruptura nessa lógica com um novo processo de fragmentação territorial, ou seja, houve um rompimento da identidade entre processo e forma. No que se refere à tendência de concentração, na medida em que as novas formas espaciais produzidas no espaço urbano aparecem de maneira descontínua e dispersa, contudo, entre muralhas cada vez mais segmentadas - é o caso dos condomínios horizontais fechados que ocupam extensas faixas territoriais no espaço urbano-, que promovem uma segregação residencial pela incorporação de espaços fechados dentro de uma mesma espacialidade urbana.



Para Sposito (2005), “essa é uma das contradições que resultam do movimento em curso e se apresenta aos pesquisadores como desafio para compreender o mundo urbano contemporâneo”. Considera-se nessa perspectiva, a cidade como espaço urbano que pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas, permeados de funções.

O fato é que a espacialidade urbana na maioria das cidades apresenta-se diversa e descontínua. De um lado, a crescente onda dos condomínios horizontais fechados, que se espalha por todas as cidades com mais de cem mil habitantes, o que aumenta a descontinuidade do tecido urbano, de outro a alta concentração e verticalização em alguns pontos da cidade, decorrente de dinâmicas de diferentes tipos que se articulam entre si, aumenta a tendência de aglomeração urbana pela verticalização e concentração territorial das funções (Rocha, 2020).

No caso de Guanambi-BA, essa condição se confirma com um agravante que é a ocupação urbana em áreas de preservação permanente, seja por aterro de planícies de inundação, denominadas na cidade como lagoas ou, pelo corte e aterro, de terrenos suscetíveis a processos erosivos e alagamento. Assim, esta pesquisa propõe investigar como o processo de expansão urbana altera o ambiente e apropria-se da natureza por meio de grandes empreendimentos tais como: espaços residenciais fechados, lojas de hiperatacados, universidades particulares, conjuntos residenciais, clubes recreativos e demais construções em área de lagoas, sobretudo, as lagoas que margeiam a Avenida do Trabalho e o anel rodoviário da BR-030 no espaço urbano de Guanambi. Essa avenida foi concebida com investimentos maciços do Estado que, segundo Barbosa (2018), fez com aumentasse a acessibilidade e os fluxos do município.

METODOLOGIA

Para alcançar tal objetivo, foi feito um levantamento da área de estudo por meio de imagens de satélite de diferentes períodos para compreender o processo de apropriação da natureza e do espaço bem como as alterações ambientais decorrentes desse processo de apropriação. Também foram realizadas observações diretas na área de estudo, com o registro de imagens através do uso de *smartphones* e de drone.

A fim de fazer uma comparação histórica, utilizou-se imagens geradas pelo *Google Earth*, as quais evidenciam as alterações ambientais na área analisada. Bem como, realizou-se levantamento de dados em sites de notícias e reportagens que tratam sobre as condições ambientais do espaço urbano, com foco nos problemas ambientais relacionados aos corpos



d'água localizados na área de estudo; seguido de uma revisão bibliográfica, baseando-se em produções que abordam a questão urbana, ambiental, da relação sociedade e natureza, associando-se com as teorias da Geografia que analisam a forma, a função, a estrutura e o espaço urbano, bem como as demais categorias de análise da Geografia relacionadas com a temática apresentada aqui nesta pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A relação entre sociedade e natureza é diretamente afetada pelo modo de produção capitalista (Moreira, 2009). A natureza, explorada de maneira negligente pelo capitalismo, em seu processo de desenvolvimento, é percebida como estranha ao ser humano, isto é, a humanidade, sob a égide do capitalismo, não se enxerga como parte integrante da natureza, mas como sua dominadora e, portanto, são desassociados de maneira dicotômica, com o ser humano numa posição de superioridade.

A respeito disso, Carvalho (2003) contribui, ao pontuar que a concepção capitalista defende o conhecimento no sentido de sua utilização para o controle da natureza, esta que deve funcionar como uma “máquina perfeita”, “já que não pode falhar no fornecimento da enorme quantidade de mercadorias ou, posteriormente, de matérias-primas industriais, que o novo sistema comandado pela burguesia vai requisitar” (Carvalho, 2003, p. 42).

Nos primórdios da história, isto é, nas sociedades primitivas, a natureza não era reconhecida enquanto algo distinto dos seres humanos, até o advento das sociedades de classes, em que “A diferenciação social precedeu a distinção entre o social e o natural” (Carvalho, 2003, p. 30). Essa noção de domínio da natureza instituída a partir do estabelecimento da sociedade de classes e, aprofundada, pelo modo de produção capitalista, como salienta Porto-Gonçalves (2006), só tem sentido a partir da premissa de que o homem é não-natureza, mas ao ser natureza, como falar em dominá-la? Teria, portanto, que falar em dominação dos seres humanos também, o que evidencia a contradição dessa perspectiva, que cria, portanto, uma categoria de sub-humanos que como tais podem ser dominados tal como se faz com a natureza. Nesse sentido, comenta Moreira (2009):

Desde o aparecimento do homem na face da Terra, diz Marx, história dos homens e história da natureza fundem-se e confundem-se num só e mesmo plano. Em cada modo de produção abstrato (abstrato porque genérico) ganha sua expressão concreta. Mas só no modo de produção capitalista este é um plano de separação dicotômica, demarcando-se uma diferença nítida e profunda entre os modos pré-capitalista (sociedades naturais) e capitalista (sociedades históricas) de produção. Homem e natureza formam uma unidade orgânica, uma identidade, nas sociedades naturais, e entes



organicamente distintos e separados nas sociedades históricas, para usarmos as expressões de Quaini (Moreira, 2009, p.34).

No entanto, o capital, o mesmo instrumento de separação, faz essa “reconexão”, porém numa relação totalmente diferente, o ser humano não tem para com a natureza uma relação de identificação, muito pelo contrário, vê estranheza, como corroborado por Moreira (2009, p.38) quando salienta que: “É então já apropriado pelo capital que o trabalhador ver-se-á reencontrado no capitalismo com a natureza. Mas como estranhos que reciprocamente não se reconhecem”.

O desdobramento espacial da constituição das sociedades de classe (aprofundada pelo Capitalismo) foi a distinção dos lugares pautada na hierarquização social. Carvalho (2003) pontua que seja com os sacerdotes, nos primórdios das sociedades de classe, com seus templos, grandes ou pequenos, ou, posteriormente, com os reis, faraós, imperadores, enfim, todo e qualquer tipo de “aristocrata” e seus séquitos se isolam dos produtores e dos locais onde são realizadas as produções, “construindo paisagens que evoluíram dos pequenos templos e aldeias para as grandes cidades da antiguidade” (Carvalho, 2003, p. 29). Os espaços dos produtores, por sua vez, eram os campos, local onde há o contato direto com a natureza, mediado pelo trabalho, aplicado na produção de alimentos para si e para as classes dominantes.

Percebe-se, com isso, que a cidade, nessa relação entre sociedade e natureza, surge reforçando a distinção entre esses dois polos dicotomizados pelo desenvolvimento das sociedades de classes, sendo o espaço urbano o *locus* do “artificial”, “E quanto maior a produção destes “artifícios”, mais evidente a natureza se torna!” (Carvalho, 2003, p. 30). E, na sociedade capitalista, sobretudo, a cidade ganha um papel cada vez mais importante.

Para quem, como a burguesia, tinha no comércio a sua principal fonte de riquezas, a fragmentação e auto-suficiência das unidades feudais era um sério obstáculo que só a conformação dos primeiros países e o fortalecimento das cidades vieram solucionar (Carvalho, 2003, p. 40). O Capital se mundializa e, neste processo, subsume todos os espaços à sua lógica de reprodução ampliada, produzindo uma natureza de baixa qualidade, para utilizar uma expressão de Smith (1988).

A cidade como todo e qualquer espaço geográfico é produto da história dessa relação do ser humano com a natureza através do trabalho. A cidade moderna, produto das leis do desenvolvimento de acumulação capitalista, acompanha as tendências e movimentos do capital (Carlos, 2009). Sendo, dentre outras coisas, *locus* privilegiado das trocas comerciais,



do consumo, expressão das desigualdades e da relação predatória estabelecida pelo Capital (fase atual da sociedade de classes) para com a natureza.

Para compreender de que forma o capital produziu uma natureza, ou melhor, um ambiente de baixa qualidade nessas cidades há, pelo menos, dois conceitos que precisam ser mobilizados e evidenciados: riscos e vulnerabilidades. Eles servem de base para as reflexões e os apontamentos que serão apresentados no contexto dos resultados e discussões.

A respeito do conceito de risco há uma miríade de definições que variam quanto à abordagem. Sob a perspectiva da ecologia política de Souza (2019), tal conceito está atrelado ao de vulnerabilidade. Souza (2019) se dedica ao conceito de risco, subdividindo-o em risco objetivo e risco subjetivo. O risco objetivo, segundo a perspectiva deste autor, é resultado da conjunção de dois fatores: “a *probabilidade estimada* de ocorrência ou a concretização do perigo ou fonte de ameaça e, adicionalmente, a *magnitude estimada do impacto*” (Souza, 2019, p. 115). Ele argumenta que considerar a probabilidade da ocorrência em si desatrelada da magnitude do impacto representa um erro fulcral, pois a grande probabilidade para um fenômeno de impacto negativo recair sobre a sociedade, porém de poucas consequências, pode ser encarado como “pouco relevante” ou até “aceitável”, um risco tolerável.

O risco subjetivo, por sua vez, é aquele tal como percebido “popularmente, no cotidiano, por aqueles que serão os atores sociais (mais) diretamente atingidos” (Souza, 2019, p. 115). A respeito dessa subdivisão, há toda uma discussão sobre alçar como a “verdade única e absoluta” uma das duas perspectivas que se destacam sobre esse assunto: a científica e a popular. No intuito de transpor essa dualidade, Souza (2019) assevera:

Se o risco objetivo será sempre impuro, no sentido de não estar imune às subjetividades dos pesquisadores e técnicos (tanto porque a ciência e a técnica não são ideologicamente neutras ou anistóricas quanto porque as instituições que avaliam riscos também têm suas agendas e sofrem influências), o risco percebido pelos atores locais e regionais não é, só por isso, mais real. Os saberes vernaculares e a experiência dos atores podem ser muito importantes do ponto de vista prático, sem contar que, moral e politicamente, as necessidades e os desejos das pessoas precisam ser considerados com destaque, pois são eles que devem, ao final, prevalecer. De toda sorte, **é a combinação do conhecimento técnico-científico com a sabedoria popular que promete os resultados mais consistentes, e não apenas uma dessas modalidades de cognição, isoladamente** (Souza, 2019, p. 115-116, grifos nossos).

Reconhecer que todo o conhecimento científico é socialmente produzido e, portanto, influenciado por perspectivas ideológicas, contexto histórico-cultural, entre outros fatores, não desvalida esse conhecimento. Pelo contrário, obter esse entendimento permite com que os atores sociais consigam analisar aquelas informações e dados científicos fazendo ponderações



conscientes de quais interesses elas atendem. Sem o conhecimento científico, por outro lado, a sabedoria popular incorre no risco de se submeter ao “aparente”, isso significa que ela pode cair em “armadilhas da realidade” produzida pela classe dominante, não compreendendo a “essência” desse processo que podem os prejudicar.

Outro geógrafo que traz importantes contribuições sobre o conceito de risco é Mendonça (2004). Ele ressalta que durante um considerável período de tempo os problemas que afligem o ambiente urbano foram tratados na perspectiva de *impactos ambientais* urbanos; privilegiando-se, na maioria das vezes, um tratamento de cunho naturalista. Em contrapartida, defende que devido à complexidade dos processos que incidem sobre o ambiente urbano, esta demanda uma abordagem mais complexa dos problemas ambientais. A partir disso, ele introduz os conceitos de risco e vulnerabilidade.

Risco ambiental, de acordo Mendonça (2004), relaciona-se às ciências naturais e sociais, “e conduz a uma abordagem dual e de interface que concebe [...] os riscos urbanos como produto combinado de um “*àlea*” (fenômeno aleatório) e de uma *vulnerabilidade*” (Mendonça, 2004, p. 141). Percebe-se que assim como o conceito de Souza (2019) existe uma combinação de variáveis, mas são variáveis diferentes e, neste caso, o conceito de vulnerabilidade está diretamente inserido no conceito de risco. E, vulnerabilidade, por sua vez, é definida por Mendonça (2004) a partir da concepção de diversos pensadores, porém, partindo do que ele traz, é possível entendê-la, de um modo geral, como sendo produto da exposição a um “perigo natural” e a capacidade que uma pessoa ou um grupo tem de antecipar, lidar, resistir e se recuperar dos impactos dos desastres. Isto é, vulnerabilidade de acordo com essa perspectiva de Mendonça (2004) tem a ver com as condições de antecipação, enfrentamento e resiliência que a(s) pessoa(s) possuem diante da exposição a um perigo.

Já de acordo Souza (2019) o conceito de vulnerabilidade social “encorpa socialmente” o conceito de risco, mais especificamente, ele a encara como:

[...] o retrato do grau de exposição de uma população, e em especial de classes e grupos sociais determinados, a certos **perigos e riscos**, em função de sua pequena capacidade de se proteger ou evitar danos nos marcos de fenômenos como segregação residencial, pobreza, pouco acesso à informação e incerteza, entre outros (Souza, 2019, p. 117, grifos nossos).

É possível observar semelhanças entre os conceitos de Mendonça (2004) e de Souza (2019), por exemplo, com ambos ressaltando as noções de exposição a perigos e capacidade de lidar com seus resultados, no entanto, observa-se que Souza (2019) demarca, de antemão, a pouca capacidade de certos grupos que são atravessados por determinados fenômenos, enquanto, Mendonça (2004) deixa seu conceito mais abrangente, submetido a avaliação



daqueles que irão utilizá-lo para definir qual a capacidade dos diversos grupos a partir de suas condições.

Diante disso, entende-se que para atender os objetivos e empreender as análises requeridas por essa pesquisa, o conceito de vulnerabilidade como grau de capacidade de resposta e de habilidade de adaptação da(s) pessoa(s), defendido pelos geógrafos e, de modo particular, por Mendonça (2004) é mais adequado. Ao deixar explícito os conceitos adotados e a discussão a qual eles estão inseridos, parte-se então, para a contextualizar a área de estudo.

A Avenida do Trabalho é como é denominado o trecho urbano da BR-030 que atravessa o município de Guanambi; a referida rodovia é construída no contexto do auge da produção de algodão na região. O que de imediato traz algumas consequências para o ambiente urbano. Destaca-se, a título de exemplo, que durante sua construção, a referida rodovia dividiu a massa de água atualmente conhecida como lagoa de João Amaral em duas partes - antes havia apenas uma estrada vicinal que passava na ponta da lagoa (Castro; Maia, 2021). Como pode ser observado na **Figura 1** a seguir.

Figura 1 – Massa de água dividida pela BR-030



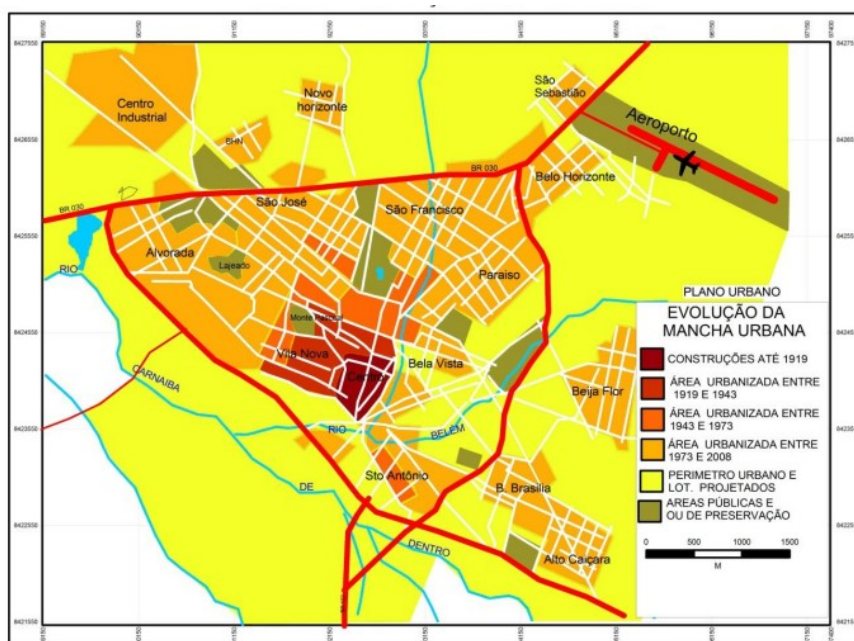
Fonte: Google Earth, 2025.

Além disso, a cidade de Guanambi, como já mencionado, exerce um papel de centralidade em relação aos municípios vizinhos devido a oferta de um comércio mais diversificado e os serviços de educação e saúde altamente procurados pela população

regional, sobretudo, a partir do início dos anos 2000 (Pereira, 2013). Como consequência, este processo contribuiu para o aumento em sua população e a consequente expansão urbana que trouxeram diversos desafios ambientais, inclusive, no entorno da Avenida do Trabalho.

De um ponto de vista de organização espacial, é interessante observar na área de estudo, que os bairros do entorno da Avenida do Trabalho são mais recentes na história de Guanambi, como pode ser observado a seguir:

Mapa 1 - Guanambi-Bahia: Evolução da mancha urbana (2008)



Fonte: Pereira (2014).

Alguns aspectos relevantes presentes nele precisam ser considerados. Em primeiro lugar, como observado na legenda, todos os bairros adjacentes à Avenida do Trabalho surgiram a partir de 1973, como por exemplo, o bairro URBIS (BNH) que foi criado em 1982 (Santos, 2004. *apud*. Pereira, 2014), período do auge da cotonicultura, quando a cidade vivenciou um primeiro processo de expansão urbana. Pereira (2014) ainda salienta que “Guanambi teve, nas décadas de 1970/80, um crescimento desordenado, extrapolando o controle das administrações municipais”. Essa falta de organização implica em impactos ambientais ainda mais intensos:

Como apontam Moretti e Fernandes (2000), se a expansão da área urbanizada das cidades sobre o território necessariamente implica algum tipo de impacto sobre o meio ambiente, mais impactos ainda ela provoca quando ocorre de forma precária e incompleta, não atendendo às exigências técnicas necessárias ao parcelamento do solo e não respeitando os condicionantes do meio físico (Silva; Travassos, 2008, p. 34).



Outro ponto importante de salientar, é que, desde o Plano Diretor – sancionado em 2007, e que está desatualizado -, alguns outros loteamentos e bairros foram criados no entorno da BR-030, inclusive, condomínios horizontais fechados, por exemplo, o Eco Spa Resort e o Park Boulevard, lançados respectivamente em 2010 e 2012 (Pereira, 2014). Pode-se citar ainda, os conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal criados entre 2014 e 2016, denominado Residencial das Árvores (formado pelos residenciais: Aroeira, Massaranduba, Gurungas) (Viera, 2014; Governo, 2015). Todos estes localizados próximos à Avenida do Trabalho, o que concorre para pressões ambientais na área de estudos.

A seguir apresenta-se os riscos e vulnerabilidades produzidos a partir desse processo de expansão urbana na referida área de estudo, isto é, no entorno da Avenida do Trabalho, evidenciado que o processo de desenvolvimento capitalista produz continuamente um ambiente hostil e desequilibrado, afetando a sociedade e os biomas inseridos em seu território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos levantamentos realizados até aqui constata-se que a cidade de Guanambi, expandiu-se ocupando áreas de preservação ambiental em larga escala com destaque para as margens dos rios e riachos que cortam a cidade, dentre eles, o Rio Carnaíba de Dentro, o Riacho Belém e seus respectivos entornos; além das nascentes e mananciais que convergem para o Carnaíba de Dentro, com destaque para a ocupação da Lagoa de João Amaral, margem direita da BR 030 (Avenida do Trabalho), a lagoa ocupada pelo Clube do Campo no centro da cidade de Guanambi, a lagoa ocupada pelo clube Recreio, dentre outras.

Constata-se também que a Avenida do Trabalho representa o principal vetor da urbanização de Guanambi e, conseqüentemente, um grande gerador de impactos ambientais já que em toda a extensão da Avenida existem dezenas de lagoas (planícies de inundação e/ou nascentes) que estão sendo aterradas e ou privatizadas por meio da implantação de condomínios fechados que cercam e muram tais lagoas para uso específico dos condomínios. Além dos usos ora mencionados, foi observado que nos últimos dois anos, iniciaram ou concluíram as obras de cinco novos espaços residenciais fechados nas margens da Rodovia, além da implantação do Assaí Atacadista, Mineirão Atacadista, Centro Universitário UniFG, sede da Igreja da Congregação Cristã do Brasil (figura 2) que aterrou parte da Lagoa de João Amaral, dentre outros empreendimentos.

Figura 2– Igreja da Congregação Cristã no Brasil na área da Lagoa de João Amaral - Avenida do Trabalho, Guanambi-Bahia – Agosto de 2024



Fonte: Botelho, F. Agosto de 2024.

Ainda é válido mencionar que na região da lagoa de João Amaral foi construída uma Igreja da Congregação Cristã no Brasil. Anunciada como a maior do interior da Bahia. A seguir, é apresentada uma imagem aérea da área depois desta construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação urbana em áreas de preservação permanente existente no espaço urbano de Guanambi, sobretudo áreas que margeiam a Avenida do Trabalho (BR 030), evidencia um série de problemas ambientais tais como: o assoreamento de canais de drenagem, retificação e ou desvio dos canais de drenagem que conformam os rios e riachos do espaço urbano, o aterro de lagoas com amplo espelho d'água e outros corpos d'água; liberação de alvará para implementação de espaços residenciais fechados em áreas de elevada fragilidade ambiental e construções inadequadas ou em desacordo com a legislação ambiental vigente no país.

Essa condição de expansão urbana evidencia também os riscos e danos ambientais que a cidade passa a ter, sobretudo com o advento das mudanças climáticas, tais ocupações predispõe uma grande parcela da população urbana de Guanambi aos efeitos extremos do clima uma vez que boa parte da população residente no entorno das áreas de lagoa são consideradas de baixa renda com elevada vulnerabilidade social e consequentemente elevada vulnerabilidade socioespacial. Assim, no contexto epistemológico é possível afirmar que a apropriação do espaço e da natureza bem como os diversos usos pelas forças produtivas, produz natureza que gera riscos e vulnerabilidades para uma parcela da população,



especialmente, aquelas que residem em cidades fornecedoras de espaços produtivos voltados para o capital e para o desenvolvimento (Rocha, 2024.).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Eduardo Borges de; OLIVEIRA, Jaqueline José Silva. OS RASTROS DA FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA. **REVISTA RECIFAQUI**, v. 2, n. 11, 2021. Disponível em:

<https://recifaqui.faqui.edu.br/index.php/recifaqui/article/view/90/80>. Acesso em: 24 ago. 2024.

AUGUSTO, Caetano. Guanambi: Fortes chuvas causam alagamentos em ruas do bairro BNH e moradores pedem providências à prefeitura. **Sertão em dia**, 4 de dezembro de 2018.

Disponível em: <https://www.sertaoemdia.com.br/guanambi-fortes-chuvas-causam-alagamentos-em-ruas-do-bairro-bnh-e-moradores-pedem-providencias-a-prefeitura/>. Acesso em: 24 de ago. de 2024.

AMARAL, Rosângela do; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. A relação entre a impermeabilização do solo e o aumento da frequência das inundações nas áreas urbanizadas. In: MAGNONI JR, Lourenço *et al* (Org.). **Do local ao global: mudanças climáticas e gestão de risco de desastres**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2025. P. 412-424.

BARBOSA, Isadora Alves. Dinâmica da agricultura familiar para o abastecimento urbano: um estudo de caso em uma cidade de porte médio. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: . Acesso em: 27 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Institui o novo Código Florestal brasileiro. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021**, que altera as Leis nos 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre regularização fundiária em terras da União, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para dispor sobre as áreas de preservação permanente no entorno de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.285-de-29-de-dezembro-de-2021-370917982>. Acesso em: 10 fev. 2023

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral (1973-1987). **Projeto RADAMBRASIL**. Levantamento de recursos naturais. 34 vols. Rio de Janeiro, 1973-1987.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e Indústria**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Marcos de. **O que é a natureza**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CASTRO, Jane Mary Lima; MAIA, Meirilane Rodrigues. Aspectos geoambientais, uso e ocupação do solo na Bacia do Rio Carnaíba de Dentro—BA. **Geopauta**, v. 5, n. 1, 2021.



CASTRO, Jane Mary Lima. **ASPECTOS GEOAMBIENTAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CARNAÍBA DE DENTRO – BAHIA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, p.208, 2019.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Editora Record, 2006.

GOVERNO de Guanambi divulga lista de beneficiários do Residencial Gurungas. **Sertão Hoje**, Guanambi, 18 de dez. de 2015. Disponível em: <https://www.sertaohoje.com.br/noticias/2120-2015/12/18/governo-de-guanambi-divulga-lista-de-beneficiarios-do-residencial-gurungas#:~:text=Segundo%20o%20prefeito%20Charles%20Fernandes,Prefeitura%20Municipal%20e%20Caixa%20Econ%C3%B4mica..> Acesso em: 22 de ago. de 2024.

GUANAMBI. **Lei nº 1.409, de 16 de dezembro de 2021**. Institui a Política e o Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município Guanambi e seus instrumentos, e dá outras providências. Guanambi: Câmara Municipal, 2021.

GUERRA, Antonio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6. ed. [Rio de Janeiro]: Bertrand Brasil, 2003. 648 p.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a questão urbana**. Trad. Estela dos Santos Abreu, São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARQUES, Tiago. Área da Lagoa de João Amaral será desapropriada pela Prefeitura de Guanambi. **Agência Sertão**, Guanambi, 4 de julho de 2024. Disponível em: <https://agenciasertao.com/2024/07/04/area-da-lagoa-de-joao-amaral-sera-desapropriada-pela-prefeitura-de-guanambi/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

MENDONÇA, Francisco. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 10, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/3102/2483>. Acesso em: 12 set. 2024.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

PEREIRA, Sofia Rebouças Neta. **Guanambi: centralidade, rede urbana e dinâmica regional no centro-sul baiano**. 2013. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Instituto Geociências, UFBA, Salvador. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/20146/1/Sofia_Reboucas_Neta_Pereira_Dissertacao.pdf. Acesso em: 27 maio 2023.

PEREIRA, Sofia Rebouças Neta. A cidade de Guanambi-BA: articulações regionais e suas implicações na configuração do espaço urbano. **Colóquio Baiano Tempos, Espaços e Representações: abordagens geográficas e históricas-ISSN 2359-1218**, v. 1, n. 1, 2014.

PEREIRA, S. R. N. Políticas energéticas e desenvolvimento sócio-espacial: as transformações geradas pela energia eólica no semiárido baiano. **Tese**. Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador, 2021. Disponível em: . Acesso em: 10 jun. 2023.



ROCHA, A. A. **Processos e formas socioespaciais na produção do espaço urbano**. Ponta Grossa, Atena, 2020.

ROCHA, A. A. A Geografia física no contexto das mudanças ambientais globais: novos desafios e perspectivas. **Geopauta**, [S.l.], v. 8, , dez. 2024. ISSN 2594-5033. Disponível em: . Acesso em: 30 dez. 2024. doi: <https://doi.org/10.22481/rg.v8.e2024.e15567.pt>

SILVA, L. S. e; TRAVASSOS, L. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. **Cadernos Metrópole**, [S. l.], n. 19, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8708>. Acesso em: 18 out. 2023.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios**: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SPOSITO, M. E. B. O chão em pedaços: Urbanização, Economia e Cidades no Estado de São Paulo. 2005. **Tese (Livre Docência)** - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VIANA, Josivan. Guanambi: 600 casas populares do Programa Minha Vida Minha Vida são entregues. **Informe Cidade**, 27 de jun. de 2014. Disponível em: <https://www.informecidade.com.br/noticia/547/guanambi-600-casas-populares-do-programa-minha-vida-minha-vida-sao-entregues>. Acesso em: 22 de ago. 2024.